

INVESTIMENTO, RECURSOS NATURAIS E DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

Carlos Muianga

INTRODUÇÃO

O *Desafios para Moçambique 2019* marca a décima edição da série *Desafios para Moçambique* do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), cuja primeira edição foi lançada e publicada em 2010, três anos após a criação do IESE. Ao longo das últimas nove edições da série, o *Desafios para Moçambique* afirmou-se como importante plataforma de debate e disseminação da análise e do conhecimento sobre desenvolvimento socioeconómico no País. Os debates sobre dinâmicas e padrões de investimento e exploração de recursos naturais constituíram e continuam sendo parte central das discussões sobre a estrutura económica e sobre os desafios de transformação da economia de Moçambique ao longo das últimas décadas. A secção económica do *Desafios para Moçambique* tem sido o centro destes debates. O estudo sobre dinâmicas e padrões de investimento em Moçambique ao longo de algumas das nove edições do *Desafios para Moçambique* focou-se, essencialmente, na análise crítica do investimento privado (em particular do investimento directo estrangeiro), suas características fundamentais e ligações com a estrutura produtiva doméstica. Esta análise tem sido feita com foco na necessidade de transformação dessa estrutura económica e nas possibilidades de ligações estruturantes para a economia como um todo. A crítica é feita num contexto de influxos de capitais externos em forma de investimento directo estrangeiro (IDE), sobretudo para a exploração de recursos naturais (principalmente minerais e hidrocarbonetos) e outros produtos primários, incluindo alumínio, gás, carvão e culturas agrícolas para exportação (tabaco, algodão, florestas, etc.).

Este artigo procura analisar a forma como estes temas foram abordados, mostrando o avanço e contributo do *Desafios para Moçambique* no estudo e entendimento das dinâmicas de investimento e de exploração dos recursos naturais em Moçambique ao longo das suas nove edições. O foco principal do artigo é no debate à volta dos recursos naturais e na forma como este debate foi evoluindo e marcou as várias edições de uma das mais importantes publicações do IESE. Além desta secção introdutória, o artigo compreende mais três secções. A segunda é uma pequena nota introdutória sobre padrões de investimento e sua ligação com a exploração de recursos naturais. Esta nota introdutória é feita na tentativa de dar um enquadramento ao

debate sobre recursos naturais, que é, fundamentalmente, o foco deste artigo. A terceira secção discute como o debate sobre recursos naturais se foi desenvolvendo ao longo das últimas nove edições do *Desafios para Moçambique* e foca aspectos fundamentais da necessidade de enquadramento do debate numa lógica analítica que estabelece um quadro de compreensão da exploração dos recursos como parte central de um padrão de crescimento económico com características extractivas na sua essência (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco & Mandlate, 2012). Assim, a discussão procura olhar para a forma como o debate sobre recursos naturais foi concebido e desenvolvido ao longo da década e para o papel do *Desafios para Moçambique* na disseminação e disponibilização da análise e do conhecimento à volta desta temática. A quarta secção discute a questão da terra como elemento central do debate sobre recursos naturais em Moçambique. Mesmo não tendo sido foco central do debate no *Desafios*, a questão da terra foi útil na discussão sobre recursos naturais no País. Finalmente, a quinta e última secção conclui o artigo, destacando o contributo do *Desafios para Moçambique* para a compreensão deste debate e os avanços até aqui alcançados, assim como os desafios para futura investigação, fundamentalmente, para perceber como é que a análise e a evolução do debate respondem a questões fundamentais da actualidade tendo em conta os desafios de exploração dos recursos naturais numa perspectiva de estratégia nacional de desenvolvimento.

PADRÃO DE INVESTIMENTO E RECURSOS NATURAIS: UMA NOTA INTRODUTÓRIA

A análise sobre dinâmicas e padrões de investimento em Moçambique constitui parte fundamental no debate sobre desafios de transformação económica e social no País nas últimas duas décadas, dos quais os recursos naturais são parte central (Castel-Branco, 2010; Massingue & Muianga, 2013). O crescimento do volume de investimento nas últimas duas décadas, a excessiva dependência em relação a fluxos externos de capitais, em particular o IDE, e a concentração à volta do núcleo extractivo da economia (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco & Mandlate, 2012) constituem algumas das características principais do padrão de investimento em Moçambique. Uma análise sobre investimento privado aprovado em Moçambique no período de 1990 a 2011 mostra que o IDE representou cerca de 37 % do investimento privado total aprovado, os empréstimos, 57 % e o investimento directo nacional (IDN), 6 %. Durante este período, a alocação do volume de investimento em termos sectoriais foi de 29 % para os recursos minerais e energia, 25 % para a agricultura, 18 % para a indústria, 9 % para o turismo, 8 % para os transportes e comunicações e 11 % para os restantes sectores (Massingue & Muianga, 2013). O contributo do IDE para a expansão das actividades de exploração de recursos naturais, sobretudo minerais e energéticos, foi-se expandido consideravelmente na primeira metade da presente década, especialmente com o anúncio de descobertas de enormes reservas

de hidrocarbonetos, em particular de gás natural. O contributo do *Desafios para Moçambique* nesta temática ao longo da presente década centrou-se na expansão da análise sobre o investimento e na inclusão de novos elementos analíticos que melhor expliquem a relação entre o investimento e a estrutura da produção e comércio, dominada essencialmente pelas actividades extractivas e serviços relacionados (Massingue & Muianga, 2013; Castel-Branco, 2010, 2016; Castel-Branco & Mandlate, 2012; Castel-Branco & Ossemane, 2010). Um desafio que a análise sobre o investimento colocou e continua colocando é a tentativa de explicar a relação entre o investimento e o financiamento bancário doméstico e externo, na medida em que os empréstimos na base de dados do investimento aprovado não são desagregados de modo a percebermos qual é a componente destes que corresponde a banca externa e a banca doméstica. Com efeito, embora possamos inferir pela natureza da dependência do investimento privado relativamente ao IDE o papel dominante da banca externa no financiamento do investimento privado (Castel-Branco, 2017; Massingue & Muianga, 2013), é preciso realizar investigação mais profunda sobre o financiamento bancário do investimento privado. Uma outra limitação do estudo sobre investimento é a importância de perceber a direcção do investimento público e como este é determinado e decidido. Tem sido essencialmente referido que o investimento público responde fundamentalmente às dinâmicas da economia extractiva, o que não é contestável, mas investigação sobre os padrões de investimento público é útil para entender a dinâmica do investimento privado em geral. No entanto, o foco central deste artigo não é discutir em detalhe os padrões de investimento (para mais detalhes, ver Castel-Branco, 2010, 2017; Castel-Branco & Ossemane, 2010; Massingue & Muianga, 2013). A sua menção é apenas para dar um ponto de entrada e situar o debate sobre recursos naturais no País em particular na série *Desafios para Moçambique*, publicada pelo IESE desde 2010.

O DEBATE SOBRE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

O debate sobre a exploração de recursos naturais e o seu contributo para a economia de Moçambique não é novo. Este debate tornou-se mais abrangente e intenso ao longo da presente década, enquadrando-se numa discussão mais ampla sobre opções e desafios de desenvolvimento nacional. O avanço na exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos (carvão, areias pesadas, gás e outros minerais) ao longo da presente década, além de ter tornado o debate mais abrangente, reforçou, igualmente, o debate geral sobre o papel e impacto dos megaprojectos no desenvolvimento socioeconómico do País (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2008, 2010, 2013a; Castel-Branco & Goldin, 2003; Langa, 2015, 2017; Langa & Mandlate, 2013; Langa & Massingue, 2014; Mosca & Selemane, 2012; Nhamire, 2014). Os mais recentes anúncios das decisões finais de investimento na exploração de gás natural na Bacia do Rovuma

são um exemplo. Este cenário é perceptível, uma vez que a dinâmica de exploração de recursos naturais, minerais e hidrocarbonetos, em particular, é dominada por grandes projectos de empresas multinacionais. Uma questão particular sobre os megaprojectos tem que ver com o seu contributo fiscal e a relevância da renegociação dos contratos, mais concretamente a necessidade da revisão e eliminação dos incentivos fiscais (redundantes) de que estes beneficiam (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2008, 2015a, 2015b). Este debate foi acolhido por várias organizações da sociedade civil ao longo da presente década, que, juntamente com o IESE, procuraram mostrar o baixo contributo dos megaprojectos de exploração de recursos naturais nas receitas fiscais (Ossemame, 2011). O Centro de Integridade Pública (CIP) foi uma das organizações que tornou a questão do contributo fiscal dos megaprojectos um aspecto central do seu trabalho de pesquisa e advocacia. Por exemplo, num estudo publicado em 2014, o CIP mostrou que, de cerca de 326,7 milhões de dólares americanos de receitas de exportação da Kenmare entre 2008 e 2011, o Estado moçambicano apenas arrecadou receitas de cerca de 3,5 milhões de dólares, o que quer dizer que, por cada dólar que a Kenmare ganhou exportando minérios de Moçambique, o País reteve apenas um cêntimo em impostos (Nhamire, 2014). O crescimento e envolvimento de várias organizações (nacionais e internacionais), activistas e indivíduos e a adesão do País a iniciativas internacionais de defesa de boas práticas e transparência na exploração de recursos naturais mostram até que ponto o debate sobre recursos naturais foi evoluindo ao longo da década. Este crescimento do interesse por parte de organizações nacionais e internacionais permitiu, em grande medida, que novos elementos fossem incorporados na análise e que nova evidência pudesse reforçar os argumentos do trabalho desenvolvido no IESE nesta área.

Do trabalho desenvolvido e publicado pelo IESE até ao momento, mais concretamente na sua série *Desafios para Moçambique*, é possível verificar como o debate sobre a exploração dos recursos naturais e o seu papel no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique esteve presente em todas as suas edições e foi discutido criticamente sob várias perspectivas, mais particularmente na sua secção económica. A secção económica do *Desafios para Moçambique* teve a particularidade de, nas suas primeiras oito edições (2010 a 2017), ter sido, na sua essência, coordenada e organizada dentro de um quadro analítico comum que descreve a economia de Moçambique como extractiva (Castel-Branco, 2010). Este quadro começou a ser construído alguns anos antes da criação do IESE (Castel-Branco, 2002a), tendo evoluído e sido aprofundado no IESE pelo então Grupo de Investigação sobre Economia e Desenvolvimento (GDI E&D), sob coordenação de Carlos Nuno Castel-Branco (entre 2008 e 2017), à medida que novos elementos analíticos e evidência empírica foram sendo considerados relevantes e incorporados na análise (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco & Ossemame, 2010; Castel-Branco & Mandlate, 2012; Castel-Branco, 2013a). Portanto, a coordenação e organização da secção económica do *Desafios para Moçambique*, ao incorporar a problemática dos recursos

naturais, tomava o debate sobre os mesmos como um elemento central da caracterização do padrão (extractivo) da economia de Moçambique (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco & Ossemame, 2010; Castel-Branco & Mandlate, 2012).

Na primeira edição do *Desafios para Moçambique 2010*, o debate à volta dos recursos naturais é incorporado na discussão sobre as «crises cíclicas e desafios de transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique» (Castel-Branco & Ossemame, 2010). Nesta edição, a exploração dos recursos naturais é analisada como parte fundamental dos desafios de desenvolvimento económico e social no País. Dentre estes desafios, a necessidade de enfrentar a natureza concentrada e desarticulada do padrão de crescimento da economia, realizada em torno do complexo mineral-energético e reprodutor de uma economia essencialmente extractiva,¹ constitui o centro da análise (Castel-Branco, 2010). Além disso, e olhando para as condições históricas específicas de Moçambique, os recursos naturais são descritos como base fundamental de acumulação de elites políticas e económicas nacionais com acesso privilegiado a estes recursos, num quadro de uma estratégia económica focada na promoção de ligações entre estas elites e o grande capital multinacional. A ideia fundamental aqui discutida é a de que o enfoque nesta estratégia reflecte, por um lado, os interesses e as estratégias globais dominantes do grande capital multinacional no continente africano e, por outro, as possibilidades de o capital nacional emergente assegurar o acesso ao grande capital multinacional, através do acesso privilegiado aos recursos naturais, realizado com base em alianças e história política (Castel-Branco & Ossemame, 2010). Numa crítica à natureza e aos processos de acumulação privada das elites políticas e económicas nacionais dependente das rendas obtidas através do acesso privilegiado a recursos naturais e à aplicação destas rendas na expansão da exploração de mais recursos em benefício destas mesmas elites e do capital multinacional associado a estas elites, o debate propõe a apropriação das rendas pelo Estado, sobretudo por meio da tributação. Nesta perspectiva, o argumento é o de que as rendas apropriadas pelo Estado devem ser aplicadas, por meio de investimento público, na construção das capacidades e condições necessárias (logística, infra-estruturas e serviços) para a expansão, diversificação e articulação da economia, criando oportunidades para a expansão e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME) nacionais. Portanto, esta abordagem requer, segundo Castel-Branco & Ossemame (2010), a negociação dos recursos pelo Estado, num quadro estratégico mais geral de desenvolvimento nacional. A construção deste argumento tem sido fundamental para o avanço da análise e do papel dos recursos naturais na mobilização de recursos e na construção de capacidades para enfrentar os desafios de transformação e diversificação da economia de Moçambique e pode ser útil para alimentar o actual debate sobre a criação de um fundo soberano com as receitas provenientes da exploração de gás natural no País.

¹ O conceito de economia extractiva para o caso de Moçambique é desenvolvido principalmente em Castel-Branco (2010).

Nesta perspectiva, no *Desafios para Moçambique 2011*, a discussão sobre recursos naturais é enquadrada num debate crítico amplo sobre os desafios de mobilização de recursos domésticos para o financiamento da despesa pública e do investimento privado, sobretudo do pequeno e médio capital doméstico, em Moçambique (Castel-Branco, 2011; Ossemame, 2011; Massarongo & Muianga, 2011). Aqui, a questão sobre «o que fazer com os recursos naturais» constitui uma das motivações do debate no País (Castel-Branco, 2011). Mais especificamente, nesta questão, a análise começa com uma preocupação com a cada vez maior concentração, pelas grandes empresas multinacionais e empresas domésticas associadas às elites políticas e seus familiares, da propriedade e do controlo dos recursos naturais, minerais e hidrocarbonetos, em particular, e das infra-estruturas associadas ao complexo mineral-energético. Dada esta realidade, é entendido que as estratégias e planos governamentais de desenvolvimento industrial e espacial estão focados na extracção e exportação de recursos naturais, refletindo uma visão integrada de desenvolvimento infra-estrutural para servir a actividade extractiva. À semelhança da primeira edição, que tem como centro de análise a crítica do padrão de crescimento económico em Moçambique, a segunda edição, *Desafios para Moçambique 2011*, dá particular ênfase à necessidade de usar os recursos naturais para mobilizar recursos fiscais adicionais para financiar uma estratégia de diversificação da base produtiva da economia. Tal estratégia, como é defendido, permitiria, ao mesmo tempo, reduzir a dependência externa (sobretudo económica e financeira), considerada uma das características fundamentais do padrão do crescimento económico no País e da natureza das suas crises cíclicas (Castel-Branco, 2011), alvo de discussão na secção económica do *Desafios para Moçambique 2010* (Castel-Branco & Ossemame, 2010).

Esta estratégia de mobilização de recursos domésticos por via dos ganhos ou rendas da exploração dos recursos naturais reforça e legitima um outro debate mais amplo, iniciado há quase uma década, ainda antes do lançamento da primeira edição do *Desafios para Moçambique*. Isto é, o debate sobre a necessidade de renegociação dos contratos com as grandes multinacionais de exploração de recursos naturais e a redução dos benefícios fiscais excessivos e redundantes de que estas têm beneficiado. Este debate ganha mais relevância sobretudo num contexto em que, ao mesmo tempo, a ajuda externa tende a diminuir e a ser substituída por endividamento público doméstico e externo, colocando pressões sobre capacidade de o Estado prover bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas dos cidadãos (Castel-Branco, 2011; Ossemame, 2011; Chivulele, 2016; Massarongo & Muianga, 2011; Castel-Branco, 2015b).

Na edição de 2010 do *Desafios para Moçambique* este debate já havia sido incorporado, apontando para quatro assuntos que estão no centro da discussão sobre esta questão (Castel-Branco & Ossemame, 2010). Primeiro, se na ausência de incentivos fiscais os investidores continuariam investindo em Moçambique; segundo, se a renegociação dos contratos com as multinacionais implicaria desinvestimento por parte dos investidores em Moçambique; terceiro, se as acções

de responsabilidade social das empresas ao nível local podiam ou não compensar os incentivos fiscais; e quarto, se era ou não legítimo que os recursos naturais fossem usados para formar uma burguesia capitalista financeira e oligarca nacional: as elites nacionais com participações na banca nacional. Portanto, estes assuntos ainda são actuais e continuarão sendo à medida que a dinâmica de exploração de recursos se vai consolidando na estruturação das dinâmicas socioeconómicas no País. Em resposta a estes assuntos centrais no debate sobre a renegociação dos contratos e a eliminação dos incentivos fiscais redundantes, Castel-Branco e Ossemane argumentam que os grandes investimentos realizados pelas multinacionais respondem a estratégias corporativas globais, pelo que incentivos fiscais marginais são irrelevantes para a decisão sobre investimento. Além disso, defendem ainda que estes investimentos têm custos iniciais bastante altos que impossibilitam a sua mobilidade de um país para o outro só por causa de incentivos fiscais à margem. Quanto às acções de responsabilidade social empresarial ao nível local, defendem que estas nada têm a fazer com a fiscalidade, podendo até mesmo colocar pressões adicionais sobre o Orçamento Corrente do Estado, para o qual elas não contribuem significativamente. Este debate sobre o papel da responsabilidade social empresarial na indústria extractiva é feito, parcialmente numa das secções da quarta edição, *Desafios para Moçambique 2013*, por Castel-Branco (2013b), e desenvolvido com detalhe na quinta edição, *Desafios para Moçambique 2014*, por Langa & Massingue (2014). Nesta última edição, Langa & Massingue (2014: 230), tomando como base de análise a proposta de Política de Responsabilidade Social Empresarial na Indústria Extractiva (PRSEIE), apresentada pelo então Ministério dos Recursos Minerais em 2013, defendem que «a PRSEIE surge como uma resposta política e ambígua ao debate em torno do papel dos recursos naturais no desenvolvimento nacional, e não considera os possíveis riscos de insustentabilidade fiscal, vulnerabilidade das comunidades e fragilização do papel do Estado». Portanto, em jeito de conclusão, chamam à atenção de que a existência de uma PRSEIE, embora importante para regular e coordenar as acções de responsabilidade social com os planos de desenvolvimento local, não é, em si, condição suficiente para que as empresas invistam em desenvolvimento local e, mesmo que o façam, os investimentos nem sempre resultarão em desenvolvimento sustentável. Além disso, Castel-Branco (2013b) salienta que o argumento usado para justificar a relevância da responsabilidade social é o de que «as empresas investem na sociedade, sobretudo ao nível comunitário, assumindo a responsabilidade pela provisão de bens e serviços em falta localmente e que normalmente são do domínio do Governo». Este argumento é reforçado num estudo do CIP sobre a Kenmare (Nhamire, 2014), no qual se afirma que a empresa reconhece que goza de incentivos fiscais, mas se defende que os programas de responsabilidade social ao nível local têm mostrado o seu contributo para o desenvolvimento das comunidades. Portanto, os apoiantes desta ideia defendem que a sociedade já beneficia e que a ideia de renegociar contratos com as multinacionais não devia ser uma questão fundamental. Entretanto, o debate

sobre a redundância dos incentivos fiscais, que foi um contributo fundamental do trabalho que se expandiu no IESE e foi seguido e apoiado por várias organizações, indivíduos, etc., permitiu a revisão da lei dos incentivos fiscais, salientou a necessidade de publicação (embora não integralmente) dos contratos com os grandes projectos e conduziu à revisão da lei de minas ao longo da presente década. Contudo, até que ponto a revisão destas leis cria, efectivamente, as condições necessárias para a transformação e a diversificação por via dos ganhos dos recursos é um problema complexo, envolvendo questões de economia política e de negociação dos interesses do capital nacional e multinacional e do Estado.² Quanto à legitimidade do uso dos recursos naturais para formação de uma burguesia nacional, Castel-Branco & Ossemame (2010) defendem que qualquer opção de desenvolvimento é dependente da capacidade de articulação política e de imposição dessa opção à sociedade, assim como da sustentabilidade económica, social e ambiental intergeracional dessa opção.

O *Desafios para Moçambique 2012* teve a particularidade de ser organizado à volta de uma temática comum: a análise crítica do então Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP 2011-2014). Nesta edição, mais uma vez, o debate à volta dos recursos naturais, sendo parte da construção analítica do estudo do funcionamento da economia de Moçambique até então desenvolvida no IESE, está presente na secção económica do livro e segue uma lógica analítica de como articular os recursos naturais no centro da estratégia nacional de redução da pobreza. A questão colocada é como é que as dinâmicas dos recursos naturais, que são uma parte central do modo extractivo de acumulação, podem ser úteis para pensar numa estratégia de diversificação e alargamento da base produtiva, com implicações no desenvolvimento de ligações, na geração de emprego, no desenvolvimento de PME e na redução da pobreza, principais objectivos do PARP (Castel-Branco & Mandlate, 2012). Portanto, a ideia central defendida aqui é a de que para atingir os objectivos do PARP era necessário reconhecer e explorar devidamente a natureza extractiva do padrão de acumulação de capital em Moçambique (no qual os recursos naturais são parte central) e aproveitar as dinâmicas existentes para a transformação económica, assente num processo de industrialização diversificado e articulado que responda às necessidades de acumulação nacional e dos cidadãos.

Além deste argumento mais geral, e como foi referido anteriormente sobre a particularidade da organização da secção económica nas primeiras oito edições do *Desafios para Moçambique*, quase todos os artigos desta secção têm como ponto de partida o reconhecimento desta dinâmica extractiva do modo de acumulação para responder aos grandes desafios que o PARP coloca. Por exemplo, no objectivo de melhoria da gestão dos recursos naturais, é colocada uma questão no contexto do processo de adesão de Moçambique à Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) (Ossemame, 2012). No que respeita a esta

² O actual debate sobre a lei do conteúdo local, que ainda aguarda por aprovação, mostra o quanto a negociação dos vários interesses capitalistas e do Estado são fundamentais.

questão, com base na sua experiência de envolvimento na ITIE em Moçambique, Ossemane (2012) questiona a relevância da ITIE na melhoria da gestão dos recursos minerais. Portanto, aqui um novo elemento é introduzido no intenso debate à volta da exploração dos recursos naturais em Moçambique. O ponto central que Ossemane defende é o de que as questões mais importantes relativas à transparência na gestão dos recursos naturais não são cobertas pela ITIE, e que a ITIE se concentra apenas na verificação de potenciais desvios de fundos gerados pelo sector extrativo e na existência de discrepâncias entre os pagamentos declarados pelas empresas mineiras e os recebimentos reportados pelo Governo. A crítica fundamental inerente é a de que os desvios de fundos podem ocorrer em várias outras fases não cobertas pela verificação feita pela ITIE, nomeadamente na assinatura dos contratos e negociação dos regimes fiscais, na declaração de custos e rendimentos pelas empresas (sobrefacturação dos custos e subfacturação das receitas, como forma de reduzir a matéria tributável e, por consequência, as receitas arrecadadas pelo Estado) e na afectação e utilização da despesa pública. No que respeita ao regime fiscal, o aspecto central, que já vem sendo discutido ao longo deste artigo, é o de que a definição de um regime fiscal excessivamente generoso para as empresas mineiras e redundante para a atração de investimentos desvia potenciais recursos do Estado (Ossemane, 2012). Entretanto, a combinação destes factores, aliada à incapacidade das instituições governamentais para avaliar com antecedência a qualidade dos recursos minerais, a quantidade extraída e vendida, os preços reais de venda, o custo operacional, entre outros, coloca o Estado em face de potenciais perdas de receitas. Isto decorre do facto de que o Governo depende excessivamente da informação fornecida pelas empresas, que têm o hábito de inflacionar custos e deflacionar ganhos para reduzir a massa tributável. Portanto, citando Castel-Branco, a economia perde duas vezes, primeiro pelos incentivos fiscais e, segundo, pela subvalorização da riqueza.

Mosca & Selemane (2012) fazem um contributo fundamental para o debate sobre os recursos naturais nesta edição, ao trazerem para discussão o caso específico dos megaprojectos de exploração de carvão em Tete e os desafios do desenvolvimento territorial e da pobreza no meio rural. Este artigo vem, em parte, colmatar uma lacuna na investigação do IESE, uma vez que estudos de caso específicos sobre zonas de exploração de recursos minerais estiveram quase ausentes até então no trabalho do IESE, que se limitava apenas a analisar as implicações macroeconómicas da exploração dos recursos naturais, isto é, o seu impacto nas variáveis macroeconómicas, como o investimento, as receitas públicas, a balança de pagamentos, etc. Portanto, Mosca e Selemane partem da crítica de que, enquanto documento de orientação da política económica do Governo, o PARP está quase desconexo da realidade existente no terreno, dominada por uma exploração cada vez mais intensiva de recursos naturais.

Em geral, este argumento está presente em quase todos artigos desta secção. A crítica de Mosca e Selemane sugere, ainda, que um documento como o PARP não podia apenas vagamente prever

a melhoria da gestão dos recursos naturais de forma a aumentar o seu aproveitamento para a economia nacional e para as comunidades locais. Por essa razão, sugerem modelos e práticas de implantação de grandes projectos que reduzam os dilemas económicos e de desenvolvimento e que promovam um crescimento económico mais inclusivo e ambientalmente sustentável e não predador dos recursos naturais. Olhando para o caso da exploração do carvão em Tete, os autores revelam vários aspectos decorrentes de estudos realizados nas zonas minerais nesta província, dentre os quais (i) a ausência de um plano de ordenamento territorial que reflectisse a organização produtiva, as infra-estruturas, a urbanização e os reassentamentos da população, as reservas naturais e ambientais, etc. Neste aspecto, afirmam que os princípios de priorização da terra para fins de mineração têm relegado para segundo plano a habitação, a agricultura e pecuária e as infra-estruturas; (ii) as fortes pressões sobre as infra-estruturas, a sua reestruturação sem obediência a planos diretores dos municípios e a aptidões e potenciais produtivos agrários no meio rural, decorrentes do crescimento de actividades tanto no meio rural como urbano; (iii) os reassentamentos que deslocam as populações para zonas com solos menos férteis, com piores condições de pastagem, mais distantes dos serviços e mercados e com menos oportunidades de desenvolvimento de actividades económicas formais e informais. Estes aspectos são elementos fundamentais no que respeita à necessidade de uma abordagem mais ampla sobre a exploração de recursos naturais em Moçambique, que tome em consideração estas e outras questões de impacto socioeconómico aqui levantadas.

Entretanto, reflectindo elementos fundamentais do debate sobre recursos naturais e sobre o padrão extractivo da economia em geral, na edição de 2013, há uma preocupação explícita com a necessidade de «construção de uma abordagem do quadro macroeconómico de exploração dos recursos naturais nas condições históricas específicas de Moçambique», tomando como ponto de partida a análise crítica da economia política do modo de acumulação de capital no País (Castel-Branco, 2013b: 81). Esta preocupação com a construção de um quadro macroeconómico não se esgota nesta edição e é iniciada em edições anteriores (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco & Mandlate, 2012) e discutida sob várias perspectivas em edições subsequentes (Castel-Branco, 2015b), sempre dentro de um quadro de análise que considera as dinâmicas dominantes da economia de Moçambique. Além disso, mesmo sem oferecer um quadro macroeconómico como tal, o *Desafios para Moçambique 2013* apresenta algumas questões e desafios que permitam chegar a tal quadro (Castel-Branco, 2013b).

Portanto, a ideia de construir um quadro macroeconómico sobre a exploração dos recursos naturais é interessante e pode ser discutida sob várias perspectivas e abordagens. É ainda importante no contexto actual da expansão da economia extractiva, sobretudo com o anúncio de decisões de investimento para a exploração do gás na bacia do Rovuma. Em geral, este argumento está ligado à necessidade de evitar as consequências económicas e sociais desastrosas que podem resultar da abundância de recursos naturais, o bem conhecido fenómeno *Dutch*

disease e/ou maldição de recursos (*resource curse*). Uma das hipóteses defendidas é a da rápida apreciação da taxa de câmbio como resultado do crescimento rápido de reservas internacionais decorrentes dos influxos de moeda externa em forma de IDE e das receitas de exportação de recursos naturais. A essência desta hipótese é a de que grandes influxos de capital externo quase inevitavelmente criam problemas que muitos países subdesenvolvidos não conseguem resolver. Isto é, o que aparentemente é um grande benefício para a economia (elevados influxos de capital externo) quase sempre resulta em desastres de vários níveis (Saad-Filho & Weeks, 2013). Portanto, olhando para estas questões, há um reconhecimento de que o debate sobre recursos naturais se foi expandindo e desenvolvendo ao longo do tempo, em especial na última década, com novos elementos a serem incorporados na análise. Além dos aspectos mais comuns do debate sobre a maldição de recursos, um dos elementos fundamentais que emergiu e ganhou espaço no debate sobre recursos naturais em Moçambique é a ligação a dinâmicas do endividamento público e às respetivas implicações macroeconómicas (Castel-Branco, 2015a, 2014; Chivulele, 2016). Portanto, embora o debate sobre endividamento e a sua relação com as dinâmicas dos recursos naturais só tenha ganhado relevância na presente década, o mesmo não é novo do ponto de vista mais global. Aqui reside um grande contributo destes debates no *Desafios para Moçambique* (e não só) para a compreensão da economia política da exploração dos recursos naturais no contexto histórico específico de Moçambique. O debate desenvolvido ao longo desta década, reflecte, em grande medida, a ideia de uma abordagem de economia política de uso de recursos como explicação fundamental para os problemas associados.

A TERRA COMO ELEMENTO CENTRAL DO DEBATE SOBRE RECURSOS NATURAIS

A questão da terra é um elemento central no debate sobre o investimento na exploração de recursos naturais, na medida em que é particularmente na terra que estes recursos se encontram disponíveis e são explorados, com excepção do gás natural produzido *offshore*, o que, de forma directa ou indirecta, tem implicações sobre o acesso à terra e sobre a realocação de terra, sobretudo no que respeita aos reassentamentos das comunidades residentes à volta das zonas de implantação dos projectos. Ora, o debate sobre a terra, em si um recurso natural, pode ser feito sob várias perspectivas em ligação directa ou indirecta com a exploração de outros recursos naturais. Enquanto elemento central do debate sobre recursos naturais, a questão da terra mereceu particular atenção em algumas edições do *Desafios para Moçambique*, com destaque para as edições de 2010, 2015 e 2018, em que foi abordada com alguma profundidade. Em outras edições, embora não constituísse o principal foco de análise, esta questão esteve sempre ligada a um foco temático mais amplo, por exemplo, a terra no contexto da exploração mineira. Na edição de 2010, a questão da terra é analisada no contexto da indústria mineira

em Moçambique com foco nos conflitos à volta dos direitos de uso e aproveitamento de terra (DUAT) (Cambaza, 2010). Esta perspectiva de conflito à volta dos DUAT é também discutida na terceira edição, *Desafios para Moçambique 2012*. Nesta edição, à semelhança de Cambaza (2010), Mosca & Selemane (2012) mostram que o desenvolvimento da indústria de extração mineira está directamente ligado à questão do acesso à terra. O uso e a ocupação da terra necessária para a actividade mineira carecem de DUAT, que é concedido para essa actividade específica com um prazo de validade e com possibilidade de renovação sempre que for necessário. O aspecto fundamental que surge nesta questão é o de que nos casos de Tete e Moatize foram-se registando conflitos de terra cuja origem reside nos DUAT das empresas mineiras. Os conflitos centram-se principalmente nos reassentamentos, incluindo na qualidade dos mesmos, na quase ausência de serviços básicos para as comunidades reassentadas e nas longas distâncias dos centros de reassentamentos para os locais de acesso a serviços públicos básicos, como saúde, educação, transporte, entre outros.

Além destas questões fundamentais sobre os conflitos de terra gerados pela dinâmica da indústria extractiva, as edições de 2015 e 2018 trazem uma outra perspectiva de debate sobre a terra até então não discutida de forma sistemática, embora estivesse incorporada, implícita e explicitamente, em elementos do debate já discutidos. No *Desafios para Moçambique 2015*, Muianga (2015) discute a questão da terra no contexto do fenómeno da corrida para aquisição de grandes extensões de terra para investimento nos países em desenvolvimento, em particular em África. Este artigo toma como ponto de partida o debate global sobre aquisição (compra) e usurpação de terra em grande escala, um fenómeno comumente denominado por *land grabbing*, e analisa, com base nos dados do Land Matrix para o caso de Moçambique, algumas das dinâmicas de investimento ligado à terra entre 2004 e 2013 no País. Nesta discussão, o foco é na extensão ou escala de terra potencialmente transacionada, nas suas tendências, nos actores e nas motivações destas transações desde que o fenómeno foi espoletado em 2007-2008, aquando da convergência de várias crises, com particular destaque para a crise alimentar. Com base na análise dos dados do Land Matrix, o artigo sugere que foram concluídos cerca de 69 acordos de aquisição e/ou alocação de terra acima de 1000 hectares (ha), num mesmo número de projectos em Moçambique entre 2004 e 2013. Destes projectos, houve 65 (com informação sobre as áreas concessionadas) aos quais foi alocada uma área total superior a 2 milhões de hectares.³ Ao longo deste período, houve uma variação considerável no número de projectos e acordos de aquisição/alocação de terra, sendo que a maioria dos acordos (cerca de 14) ocorreu em 2009, cobrindo uma área total de 876 855 ha, cerca de 40 % da área total adquirida em

³ Os dados do Land Matrix e de outras fontes sobre alocação de terra para investimento em Moçambique, e não só, não podem ser vistos como uma representação credível da realidade no País. Debates mais recentes sobre tendências, escala, factores, actores e impactos das dinâmicas actuais de aquisição de terra, que em certa medida são alimentados pela existência destes dados, chamam a atenção para os problemas que possam surgir no seu uso (Cotula, 2012; Cotula *et al.*, 2009; Edelman, 2013; Edelman, Oya & Borras, 2013; Oya, 2013).

todo o período em análise. A crescente atenção dos *media* em 2009, possivelmente relacionada com a cobertura dos potenciais fenómenos ligados à crise mundial de alimentos de 2007-2008, pode ter contribuído para a divulgação destes acordos. Além disso, este cenário é consistente com o facto de, a partir de 2009, o Governo de Moçambique ter abraçado entusiasticamente a campanha de promoção de biocombustíveis, em paralelo com a campanha de produção de alimentos. Este cenário resultou no esforço do Governo na identificação das chamadas terras «marginais» (para biocombustíveis) e na facilitação de processos de concessão de grandes extensões de terra a investidores estrangeiros para a produção de biocombustíveis e de alimentos. No entanto, quase nenhum investimento na produção de biocombustíveis chegou a concretizar-se devido a vários aspectos, dentre os quais a inviabilidade da produção de biocombustíveis no contexto da economia moçambicana, o abandono dos projectos, assim como a questão da especulação sobre a terra por parte de vários investidores. De facto, os dados sugerem que mais de metade dos acordos de concessão de terra concluídos em 2009 tinha como propósito produzir alimentos e biocombustíveis numa área total de cerca de 70 528 ha. Contudo, segundo os dados, as maiores áreas concessionadas estão ligadas à produção florestal (595 327 ha em quatro projectos), à conservação e sequestro de carbono (126 000 ha em dois projectos) e ao turismo (100 000 ha num único projecto).

Neste debate, apesar da informação sobre potenciais transacções de terra para diferentes fins (florestas, exploração de recursos minerais, produção alimentar, biocombustíveis, turismo, etc.) não ser completamente fiável, as tendências gerais destas transacções são consistentes com o padrão extractivo de alocação de terra apontado por Castel-Branco & Mandlate (2012) na edição do *Desafios para Moçambique 2012*. Um aspecto fundamental relativamente ao padrão de alocação de terra para grandes projectos de exploração de recursos naturais que apontam é o de que a economia não extrai rendas de terra equivalente à magnitude dos projectos e que são necessárias para que a mesma se diversifique. A análise mostra que as taxas médias para uso e exploração de terra para grandes explorações comerciais são ridiculamente baixas, rondando os 0,40 dólares por hectare por ano. Para justificar este ponto fundamental, estimou-se que, de cerca de 2,5 milhões de hectares potencialmente alocados a grandes explorações agrícolas entre 2004 e 2009, o Estado moçambicano apenas recolheu taxas de cerca de 100 mil dólares americanos, em vez do total de 1 milhão de dólares americanos que deveria ter recolhido por ano.

No *Desafios para Moçambique 2018*, a questão da terra é discutida no contexto da sua centralidade nos debates sobre opções de transformação agrária e rural em Moçambique ao longo da história e não é explicitamente feita à margem daquilo que são as dinâmicas fundamentais concretas e dos elementos abordados nas discussões anteriores (por exemplo, as dinâmicas dos grandes projectos agrícolas, minerais e energéticos e as suas implicações socioeconómicas) (Muianga, 2018). Aqui, o entendimento sobre o padrão de acumulação de

capital e as tendências globais de expansão do capitalismo nas várias esferas da vida social, em particular no meio rural, ajuda a melhor compreender os problemas fundamentais à volta da questão da terra. Na discussão, sugere-se a necessidade de se retomar alguns problemas e questões centrais do passado e suas implicações, de modo a entendê-los e criar bases mais sólidas para um quadro de debate mais informado sobre a questão da terra. Este quadro, sugere o artigo, deve ir além do importante e imprescindível debate sobre os direitos de posse e de propriedade da terra em geral, da forma como estes são determinados e protegidos, da legitimidade ou não da propriedade pública (estatal) da terra, e da forma como estes direitos podem ser facilmente transferidos entre titulares privados por via de um mercado de terras. O debate procura mostrar em que medida o acesso e controlo da terra se tornou um elemento central da expansão e penetração do capital(ismo) global no meio rural e o tipo de dinâmicas de concentração e acumulação capitalista que emergem e que afectam as condições sociais de produção e reprodução no meio rural em condições históricas específicas de Moçambique. As extensas áreas de terra alocadas a projectos de plantações florestais no centro e norte do País com uma perspectiva de desenvolvimento limitada e duvidosa, o ProSAVANA, que não teve pernas para andar, e as potenciais áreas de cobertura do projecto, as áreas de exploração de carvão em Tete, as areias pesadas e outros minerais são apenas alguns exemplos de destaque. O debate coloca o enfoque na importância de olhar para as dinâmicas económicas dominantes e numa reflexão à volta do entendimento da complexidade que a questão da terra adquiriu, para avançar com a ideia central de que a resolução da questão da terra, enquanto elemento central da questão agrária mais geral, requer uma compreensão das dinâmicas e dos processos fundamentais de acumulação económica e social centrados e ou ligados à terra, dos correspondentes processos de formação de classes e das suas implicações na reprodução social rural ao longo da história. Certamente este debate não termina por aqui. Há várias perspectivas e abordagens de análise sobre a questão da terra que podem ser combinadas no contexto histórico específico de Moçambique. Como é que várias experiências ao longo da história e práticas reais de gestão de posse e defesa da propriedade da terra e dos recursos naturais em geral podem ser elementos-chaves para repensar uma abordagem mais efectiva e produtiva de alocação e gestão de terra sem violar princípios de justiça social e respeitando a propriedade colectiva e individual da terra e dos recursos a ela associados? Uma discussão sobre os direitos de propriedade da terra e os vários fundamentos da propriedade é muito importante não só na perspectiva de clarificar a forma como estes direitos são definidos e os mecanismos efectivos para a sua protecção (Francisco, 2019), mas também numa perspectiva de pensar num quadro macroeconómico de exploração dos recursos naturais em geral, onde a terra é um elemento fundamental.

CONCLUSÕES E DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

O presente artigo foi uma tentativa de abordar e sistematizar o debate sobre a exploração de recursos naturais na economia de Moçambique ao longo da década, com foco específico nos contributos da série *Desafios para Moçambique*, uma publicação anual do IESE, iniciada em 2010. O artigo mostrou, em geral, que a série *Desafios para Moçambique* e o trabalho do IESE em geral foram fundamentais na expansão do debate e no fornecimento de elementos analíticos através dos quais a construção de um quadro mais complexo de análise é possível tendo em conta as dinâmicas fundamentais dominantes da economia de Moçambique. Neste contexto, o contributo fundamental do *Desafios para Moçambique*, quer na análise do debate sobre dinâmicas de investimento, quer no debate à volta dos recursos naturais, centrou-se na tentativa de construção de um quadro macroeconómico de exploração de recursos naturais, que olha para os recursos naturais no âmbito da análise crítica do modo de acumulação de capital em Moçambique. Certamente, este debate não se esgota no *Desafios para Moçambique*, como também não se circunscreve a uma única abordagem. É contínuo e está a evoluir com a incorporação de novos elementos e o surgimento de informação relevante sobre agentes e ligações, os diferentes interesses, as relações e implicações da exploração de recursos naturais no País. Porém, nem todas as questões emergentes do debate foram abordadas, e outras foram-no com pouca profundidade. A tentativa de explicar como o debate se foi desenvolvendo ao longo destas edições lança um novo desafio sobre como sistematizar a análise e o debate para além da discussão na série *Desafios para Moçambique* e em outras publicações do IESE. Geralmente, o contributo fundamental dado nos vários textos nestas nove edições enquadra-se neste exercício de fornecer elementos e questões para uma abordagem macroeconómica do papel dos recursos naturais num quadro estratégico de desenvolvimento nacional. Apesar deste contributo fundamental para o debate, o trabalho do IESE teve algumas limitações, na medida em que, ao longo da década, foram feitos poucos estudos de caso sobre o impacto social e económico dos projectos de exploração de recursos naturais. Foram definidos projectos com esse fim, mas nunca chegaram a concretizar-se efectivamente. Entretanto, o trabalho de outras organizações da sociedade civil (OSC) foi fundamental para o fornecimento de elementos e evidências para o aprofundamento da análise e do debate. Este contributo lança dois desafios fundamentais. Primeiro, no contexto das dinâmicas fundamentais e dominantes actualmente, como usar a análise e o debate para efectivamente criar os mecanismos eficazes para que os recursos naturais tenham um contributo para a transformação económica e social do País. Segundo, como, a partir da análise, criar as alianças políticas e estratégicas necessárias para que tal quadro estratégico de desenvolvimento nacional seja um factor fundamental de inclusão social.

REFERÊNCIAS

- Cambaza, V. (2010). «A terra no contexto do desenvolvimento da indústria mineira: pressões e conflitos em torno dos DUAT». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 217-228.
- Castel-Branco, C. N. (2017). «Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 99-164.
- Castel-Branco, C. N. (2016). «Desenvolvimento Centrado em PME? Problematização crítica desta abordagem». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 175-223.
- Castel-Branco, C. N. (2015a). «“Capitalizando” o capitalismo doméstico: porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 123-156.
- Castel-Branco, C. N. (2015b). «Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma “bolha económica” em Moçambique?» In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 157-199.
- Castel-Branco, C. N. (2014). «Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: Social losses, private gains». *Review of African Political Economy*, 41(1).
- Castel-Branco, C. N. (2013a). *Desafios da Indústria Extractiva em Moçambique*. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2013/Oxafam_CNCB.pdf.
- Castel-Branco, C. N. (2013b). «Reflectindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extractiva». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. (eds.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 81-124.
- Castel-Branco, C. N. (2011). «Desafios da mobilização de recursos domésticos: revisão crítica do debate». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 111-132.
- Castel-Branco, C. N. (2010). «Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo, IESE, pp. 19-109.
- Castel-Branco, C. N. (2008). *Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?* Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf.

- Castel-Branco, C. N. (2002a). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. PhD. London, SOAS, University of London.
- Castel-Branco, C. N. (2002b). *Megaprojectos e Estratégia de Desenvolvimento: Notas para um Debate*. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf.
- Castel-Branco, C. N. & Goldin, N. (2003). *Impact of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy. Final Report Submitted to Mozal*. Maputo.
- Castel-Branco, C. N. & Mandlate, O. (2012). «Da economia extractiva à diversificação da base produtiva: o que pode o PARP utilizar com a análise do modo de acumulação em Moçambique?» In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 117-144.
- Castel-Branco, C. N. & Ossemame, R. (2010). «Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, IESE, pp.141-182.
- Chivulele, F. M. (2016). «Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 113-139.
- Cotula, L. (2012). «The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers». In: *The Journal of Peasant Studies*. 39 (3-4), pp. 649-680.
- Cotula, L., Vermeulen, S., Leonard, R. & Keeley, J. (2009). *Land Grab or Development Opportunity? Agricultural Investment and International Land Deals in Africa*. Disponível em: http://www.ifad.org/pub/land/land_grab.pdf.
- Edelman, M. (2013). «Messy hectares: Questions about the epistemology of land grabbing data». In: *The Journal of Peasant Studies*. 40 (3), pp. 485-501.
- Edelman, M., Oya, C. & Borrás, S. M. (2013). «Global land Grabs: Historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories». In: *Third World Quarterly*. 34 (9), pp. 1517-1531.
- Francisco, A. (2019). «Protecção social nos livros *Desafios para Moçambique*: reflexão inspirada nos doze anos de pesquisa do IESE». In: Chichava, S. (2019). *Desafios para Moçambique 2019*. Maputo: IESE, (no prelo).
- Langa, E. (2017). «Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 165-183.
- Langa, E. (2015). «“Ligações minadas”: o caso dos fornecedores nacionais da Vale e da Rio Tinto em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 223-245.

- Langa, E. & Mandlate, O. (2013). «Questões à volta de ligações a montante com a Mozal». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 175-210.
- Langa, E. & Massingue, N. (2014). «Indústria extractiva e desenvolvimento local: o papel da responsabilidade social empresarial». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Forquilha, S. (eds.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, pp. 229-241.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). «Financiamento do Estado com recurso à dívida: problemas e desafios». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 161-184.
- Massingue, N. & Muianga, C. (2013). «Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Salvador, F. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 125-147.
- Mosca, J. & Selemene, T. (2012). «Megaprojectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 231-255.
- Muianga, C. (2018). «A questão da terra e os debates sobre opções de transformação agrária e rural em Moçambique». In: Forquilha, S. (ed.). *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE, pp. 289-305.
- Muianga, C. (2015). «Dinâmicas actuais de aquisição de terra para investimento em Moçambique: tendências, escala, factores, actores e questões para análise». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 201-221.
- Nhamire, B. (2014). *Exploração das areias pesadas de Moma: nem impostos, nem desenvolvimento económico e social local: uma análise aos projectos de investimento comunitário e de responsabilidade social da Kenmare em Moma*. Disponível em: https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2014/11/334_CIP-a_transparencia_121.pdf (Consultado a 9 de Maio de 2019).
- Ossemene, R. (2012). «Será a ITIEM relevante para melhorar a gestão dos recursos minerais? Uma análise crítica da experiência». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 145-164.
- Ossemene, R. (2011). «Desafio da expansão das receitas fiscais em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 133-160.
- Oya, C. (2013). «Methodological Reflections on 'Land Grab' Databases and the 'Land Grab' Literature 'Rush'». In: *The Journal of Peasant Studies*. 40 (3), pp. 503-520.
- Saad-Filho, A. & Weeks, J. (2013) «Curses, diseases and other resource confusions». In: *Third World Quarterly*. 34 (1), pp. 1-21.